



O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos dar início à reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário e da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal.

Teremos, hoje, a satisfação de ouvir o Dr. Eloi de Carvalho, representando a Receita Federal, que vai fazer uma análise da arrecadação e dar maiores informações sobre a matéria, e, também, o Dr. Roberto Jorge Henrique, que vai falar sobre comércio exterior, perspectivas para 2012 e a situação de 2011.

Com a palavra, então, o Dr. Eloi.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Boa tarde a todos. É um prazer, mais uma vez, estar nesta comissão, representando a Secretaria da Receita Federal, para falar sobre os últimos resultados. Hoje, basicamente, vamos falar sobre os resultados de 2011 e do último janeiro, de 2012.

Tem uma apresentação.

Vamos começar falando sobre o resultado da arrecadação em 2011.

Tivemos, no ano de 2011, considerando... Vamos falar, basicamente, sobre as receitas federais, mais especificamente as administradas pela Receita Federal do Brasil.

O primeiro quadro nós distribuímos. Nós temos uma cópia considerando todas as Receitas Federais e outro quadro especificamente sobre as receitas administradas.

Tivemos que o resultado da arrecadação em 2011 significou um acréscimo, em relação a 2010, de 10,1% das receitas totais.

No quadro, demonstramos a evolução, ao longo dos meses, ao longo do ano.

Tivemos esse resultado, e aí vamos falar sobre os principais setores, os principais fatores e setores, também, da economia que impactaram esse resultado, mas, especificamente, é bom adiantar que tivemos, nos meses de junho e julho, situações, eventos específicos e significativos que contribuíram sobremaneira para esse resultado chegar aonde chegou, em 10%.

Se fosse possível ver, temos um gráfico que mostra bem essa situação.

Outro quadro, das receitas administradas também. Tivemos, basicamente, o mesmo resultado.

Qual é a diferença, de que nós estamos falando aqui, entre a receita administrada pela Receita Federal e receita total?

A diferença, basicamente, é que temos alguns valores de arrecadação, algumas receitas que são administradas por outros órgãos, e a receita mais importante dessas outras é a dos *royalties* do petróleo, porque, no conjunto das demais receitas, elas têm uma participação significativa, mas o conjunto maior – mais de 90% – são as receitas ditas administradas pela Receita Federal.



Tivemos, ao longo de 2011, resultados sempre positivos, com exceção do último mês, o mês de dezembro, quando tivemos, considerando o crescimento real, já expurgada a inflação, um decréscimo de 2,9%. Imaginava-se: “Ah, isso é uma tendência. Vai começar o ano com queda”. Esse resultado, especificamente do mês de novembro, é decorrente basicamente do que ocorreu com a base. Nós tivemos, na base, dezembro de 2010, um acréscimo no que chamamos de receitas extraordinárias, receitas atípicas, um depósito judicial de Pasep, na época, em torno de 4,2 bilhões. Então, esse foi um dos principais fatores para que esse mês de dezembro, diferentemente de todos os outros, tivesse um desempenho negativo, mas somente no mês.

Hoje, já atualizamos os nossos quadros aqui. Temos uma evolução: participação no PIB. Hoje, já saiu o resultado do PIB de 2011 – 4 trilhões e alguma coisa. Já atualizamos por ele. Tínhamos só a estimativa. Portanto, esse crescimento real de 10%, já expurgada a inflação, é bem maior que o crescimento do PIB – 2,7%.

Conseguiram encontrar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Apresentação no Senado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – A de dezembro.
(Pausa.)

Pode passar. Pode passar. Pode passar.

Este gráfico demonstra a evolução ao longo dos meses. Vamos ver janeiro de 2012 comparado com janeiro de 2011. Podem ver que o mês de janeiro de 2011 foi um dos melhores em termos de desempenho da arrecadação. Vamos ver logo depois, comparando janeiro deste ano com esse mês. Depois, tivemos aí os meses de junho e julho, quando se modificou totalmente a trajetória. Esperávamos estabilizar entre 10,5% e 11%. Tivemos uma trajetória diferente, por causa daquele resultado dos dois meses. Nós vamos falar sobre eles. Depois, tivemos uma tendência caminhando para o que já esperávamos mesmo, com esse crescimento em torno de 10,5%, que era o que esperávamos no início do ano.

Pode passar.

Verificando essa arrecadação, ela é alta ou ela é baixa? Para isso, só podemos falar comparando com outros anos. Colocamos aí os últimos dez anos. Pode-se afirmar que a arrecadação de 2011, em termos de participação no PIB, em termos de comparação com o Produto Interno, é a maior arrecadação desses últimos dez anos, arrecadação das receitas administradas. Ela



correspondeu ao percentual do PIB de 22,1%, já com o PIB atualizado, que está saindo hoje. Tínhamos a maior arrecadação, a de 2007, com quase 22% também. Portanto, em termos de valores, em termos de percentual do PIB, a arrecadação de 2011 foi a maior dos últimos 10 anos. Vamos explicar por quê. É importante salientar para os analistas da arrecadação federal que, muitas vezes - e vamos falar sobre estes eventos, sobre alguns fatores -, esses fatores não estão ligados especificamente à inflação, ao Produto Interno. Ocorrem situações bem diferentes que podem impactar determinado ano da arrecadação. Somente conhecendo esses fatores, é possível fazer uma análise mais isenta do que ocorreu com a arrecadação. Sabemos que, com o PIB com um crescimento real de 2,7%, tivemos um crescimento real da arrecadação de 10,1%. Que fatores extras foram esses?

Pode passar.

Temos como principais fatores que determinam o resultado da arrecadação os indicadores macroeconômicos. Influenciam diferentemente a arrecadação alguns desses indicadores. Separamos os principais indicadores que influenciam diretamente a arrecadação de alguns tributos. Podem ver que eles têm crescimento também diferenciado em relação ao que ocorreu com o Produto Interno. Por exemplo, a produção industrial está ligada mais ao IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, que tem uma participação significativa. Vamos ver mais na frente quais os tributos que mais contribuíram para esse resultado. Podemos ver que, no ano, esse indicador teve um crescimento, comparando o ano de 2011 com o de 2010, de 0,58%. Isso teria, se não fossem outros fatores, um impacto direto no IPI, claro, excetuando alguns IPIs específicos, como de bebidas e automóveis, que analisamos separadamente.

Venda de bens e serviços. Isso se reflete em uma das nossas principais receitas: as receitas da Cofins e do PIS. Cofins e PIS têm a mesma base e têm relação direta com a venda de bens e serviços, que teve um crescimento no ano de 7,65%. Portanto, o crescimento da arrecadação desses dois tributos – vamos ver na frente – ficou mais ou menos compatível.

Massa salarial é outro indicador que influencia receitas com peso significativo na arrecadação. Por exemplo, receita previdenciária. A arrecadação do Imposto de Renda na fonte sobre trabalho assalariado, principalmente, reflete o que ocorre com o crescimento dos salários, com o que ocorre com a massa salarial e não especificamente – não está ligado diretamente – ao Produto Interno ou à inflação propriamente dita. Tivemos uma variação da massa salarial de 15,6%, em termos nominais; em termos reais, em torno de mais de 8%. Aí, sim, precisamos ver se o crescimento da arrecadação, que tem relação direta com esse indicador, está compatível.

Outro indicador que, para nós, também é importante, embora com menor participação, são os tributos, as receitas ligadas ao comércio exterior, como, por exemplo, imposto sobre as importações, Imposto sobre Produtos



Industrializados vinculados às importações, que tem ligação direta com esse indicador.

Esses são os indicadores que temos de observar na hora de analisar a arrecadação. Temos de observar como ela está em relação a esses indicadores e não, às vezes, ao indicador mais geral, porque temos receitas que são atreladas especificamente a esses.

Há outro quadro que considero importante, principalmente para os analistas e para nós também, porque é importante conhecer. Fora desses indicadores, e, às vezes, nem tão somente ligado à conjuntura econômica, o que ocorreu com a arrecadação? Separamos alguns eventos importantes. Alguns deles nem têm a ver com o ano específico de 2011, eles decorrem de resultados passados. Por exemplo, tivemos – e é conhecimento de todos – o parcelamento da Lei nº 11.941. O que significou isso? O parcelamento especial. Nós temos parcelamento normal na Receita, com vencimentos em sessenta meses, e esse foi um parcelamento especial com 180 meses, com opção para o contribuinte pagar essa dívida – pagando à vista, por exemplo –, com dispensa de parte dos juros e da multa, com alguns benefícios. Em resumo, esse é o parcelamento especial, inserido na Lei nº 11.941.

Vamos falar também que, ao longo do parcelamento, qualquer contribuinte que queira pagar ou quitar o parcelamento poderá fazê-lo com os mesmos benefícios da lei que ele tinha no início. Poderá quitá-lo com os mesmos benefícios ou poderá antecipar, no mínimo, doze parcelas, com os mesmos benefícios. Ou seja, se o contribuinte quiser antecipar doze parcelas desse parcelamento, ele tem os mesmos benefícios de redução de multas e de redução dos juros também. Isso é o que vamos ver que ocorreu no mês de junho. Então, essa arrecadação decorrente do parcelamento teve uma variação significativa e contribui, sim, para o resultado do ano. Ou seja, houve uma arrecadação, em 2011, de R\$21 bilhões contra R\$8 bilhões no ano anterior; um crescimento real de 155%. Isso nada tem a ver com indicadores econômicos; são fatos extras que contribuem para o resultado. Tivemos o acréscimo de R\$13 bilhões, somente decorrente desse evento, o parcelamento especial da Lei nº 11.491.

Houve outro evento, conhecido também de todos – isso ocorre sempre na Receita; às vezes, valores expressivos, outras vezes, não – com a extração de minerais metálicos. Nós tivemos o débito de períodos anteriores quitado – e quitado de uma vez – em torno de quase R\$7 bilhões. Exatamente foi essa a diferença entre o que o setor arrecadou em 2011 e o arrecadado em 2010. Houve uma diferença de R\$7 bilhões, o que contribui com o crescimento real de 90% e também para o resultado geral.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é *royalty*?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Não. Isso é um débito do setor, especificamente de empresas do setor. Isso decorreu de períodos



anteriores, bem anteriores, e foi encerrado judicialmente neste ano, cujo débito foi quitado pelo contribuinte. Isso correspondeu a quase R\$7 bilhões.

Outro item importante de acompanhar, para os analistas e para nós, da Receita, que diz respeito às pessoas físicas, são as transferências de participações acionárias. Isso ocorre todo mês, mas é importante informar aos senhores que a arrecadação desse item é basicamente de transferências de participação acionária, que chamamos de ganhos de capital. O que é isso? A diferença entre o valor da venda e o valor registrado na contabilidade. Essa diferença gera o que nós chamamos lucro para efeito de tributação, incidindo uma alíquota de 15% sobre o lucro.

Para que vocês tenham uma ideia, tivemos eventos significativos. No ano de 2011, podemos dizer dois eventos. Só para efeito de comparação, a arrecadação desse item, em situação normal, chega a quase R\$300 milhões ao mês, e nós tivemos, num desses eventos, um contribuinte só pagando R\$250 milhões; e dois contribuintes, em uma transação, pagando R\$500 mil em determinado mês. Então, são fatos que, na hora de analisar a arrecadação, são importantes salientar e retirar da situação, porque onde está esse valor? Está no item Imposto de Renda sobre Pessoas Físicas. Então, parece que as pessoas físicas estão pagando muito imposto. Então, é importante isolarmos e conhecermos esses eventos, que são eventuais – ocorrem em determinado ano e em outro podem não ocorrer – e que têm, às vezes, valores significativos. Tivemos quase R\$2,5 bilhões de acréscimo.

Outro item que coloquei, que até nem contribuiu para o crescimento – na verdade ele contribui para o decréscimo, mas é outra arrecadação e outro evento que é importante conhecer –, são os depósitos judiciais. Nós tínhamos, até dezembro de 1998, os depósitos judiciais feitos na Caixa Econômica Federal e deixados ali até que a ação encerrasse dali a dez anos ou sabe-se lá quando. E aí esse débito ou era transformado em renda para a União, se a União tivesse o ganho dessa ação; ou para o contribuinte, se o contribuinte tivesse o ganho dessa ação.

O que ocorreu em dezembro de 1998? Em vez de a Caixa Econômica, em vez de um banco ficar e circular com esse dinheiro, a União passou a incorporar esses valores nas receitas correntes. Vimos que esses valores, em tese, são receitas ainda *sub judice*. E não são valores pequenos. Em 2011, tivemos 12,4 bi de depósitos judiciais, enquanto em 2010 nós tivemos 17 bi. Isso muito em função daquele depósito que eu falei, que ocorreu em dezembro do ano passado, de mais de quatro bi. Coloquei isso só para destacarmos que são eventos não do fluxo normal da arrecadação e que, às vezes, contribuem.

Outros eventos importantes são multas e juros. É claro, temos todo ano a recuperação pelo trabalho da Receita, autos de infração, processos que são encerrados ou pagamentos. O próprio contribuinte nem vai à esfera judicial, já paga esse débito referente a períodos anteriores, e nisso incidem multas e juros.



Essas multas e juros também têm valores significativos. E vamos dizer que o principal dessa multa está inserido no outro item que chamamos de outros.

Nós tivemos 13 bilhões de multas este ano contra 11 no ano passado. Significa dizer que houve uma significativa recuperação de receitas de períodos anteriores por auto de infração ou por cobrança, qualquer outra situação. E, aí, só da diferença de multa e juros, quase dois bilhões incorporados.

Declarações de ajuste que são pagas num determinado ano, mas elas se referem ao ano anterior. Por exemplo, essa declaração de ajuste que nós temos aí do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e da Contribuição sobre o Lucro se refere ao resultado de 2010, que pode ser pago até o mês de março de 2011.

O que é o ajuste? É a mesma coisa da pessoa física. Alguns contribuintes optam por fazer o pagamento ao longo do ano. Pessoa jurídica pode fazer pelo balanço real, mas pode fazer também por estimativa. Acerta isso no final do ano pelo balanço, e o que restar de pagamento, de resultado do ano, pode ser pago até o mês de março.

Nós vamos chamar atenção, quando virmos o resultado de janeiro, para o fato de que muitas vezes há essa antecipação do que nós chamamos de antecipação do ajuste, ou seja, o contribuinte não é obrigado a pagar no mês de janeiro, mas há um pagamento elevado. Por quê? Porque há correção até o mês de março se ele deixar para pagar – correção pela Selic.

Outro item é alteração de legislação. Todo ano tem. Nós colocamos aí o que em 2011 significou de acréscimo pelas modificações da legislação que ocorreram. Ocorreram fatos que aumentaram a receita e outros fatos que a diminuíram. Um fato importante que aumentou foi a elevação da alíquota do IOF sobre pessoas físicas, o consumo das pessoas físicas, de 1,5% para 3%. Isso importou no crescimento da arrecadação. Tivemos outros fatores que contribuíram para reduzir e, como saldo, nós tivemos, por efeito da legislação, um acréscimo de 1,4 bi.

Em síntese, nós tivemos, por esses fatores, por esses eventos importantes, 77 bilhões em 2011 contra 55 bilhões, em 2010, desses mesmos eventos. Então, tivemos uma diferença de 22,5 bilhões, um crescimento desses eventos de quase 41% em termos reais, e eles contribuíram com 25% do resultado global.

Portanto, quando se diz que a receita cresceu 10,1%, é importante ver o que isso tem do fluxo do próprio ano e o que tem de incorporação do que chamamos de eventos que também contribuem para o resultado, que, às vezes, não têm nada a ver com o fluxo normal daquele ano.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O que são esses 25% de que você falou?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Esses 25% são a participação na diferença total, ou seja, entre um ano e outro, temos uma



diferença de 88,7 bilhões, uma diferença total, já descontada a inflação. Só nesses eventos que elencamos aí, há uma diferença de 22,5, portanto, eles contribuíram, nessa diferença entre um ano e outro, com 25% e os outros eventos, com 74%. É claro que, nesses outros, estão os tributos que têm ligação com massa salarial, que têm ligação com venda de bens, que devem crescer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Atípicas, algumas atípicas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Sim. Atípicas. Que não se repetem. Podem se repetir, mas, às vezes, não na mesma magnitude.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Resumindo, você está dizendo que o correspondente a 25% do arrecadado no ano passado foi de receitas atípicas?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Algumas claramente atípicas, como, por exemplo, parcelamento, que não terá esse comportamento no ano seguinte. Essa receita do setor de extração possivelmente não ocorrerá na mesma magnitude...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Exatamente. Os próprios depósitos judiciais podem ocorrer ou não.

São eventos que ocorrem em determinados períodos.

Pode passar.

No quadro seguinte, quem mais contribuiu para esse resultado de 10,1%. São as receitas totais divididas. Já vimos que o resultado global foi de 10,1%, o que temos no final. Temos que a receita previdenciária foi a arrecadação que mais contribuiu para o resultado do ano. De uma diferença de 91 bilhões, a diferença dela foi de 23 bilhões de um em relação ao outro e ela contribuiu com 25% do resultado, embora tenha crescido 9%, que foi o que correspondeu à massa salarial em termos reais, mais ou menos. Nós vemos que a massa salarial cresceu mais de 15% em termos nominais, pouco mais de 8% em termos reais. Esse é o crescimento real da receita previdenciária. Portanto, ela está em linha com esse indicador. E o crescimento dela de 9% significou uma participação importante.



Outro item que também contribuiu para o crescimento da arrecadação foi a arrecadação do IRPJ e da Contribuição sobre o Lucro. Eles cresceram 12,8%, em conjunto, e contribuíram com 21%.

Por aí vai. Tivemos as demais receitas administradas que incluem tudo que não está aqui e mais o que chamamos de Refis da crise, o parcelamento da Lei nº 11.941. Basicamente, esse crescimento e essa participação do que chamamos de demais receitas administradas são em função do parcelamento da Lei nº 11.941, que está inserido aqui.

Rendimentos do capital. O que é para nós rendimentos do capital? São basicamente as receitas de aplicações financeiras. Então, elas são muito em função do que ocorre com os juros, de um ano em relação ao outro. Outro item que tem uma importância significativa são os juros remuneratórios do capital próprio que são atualizados também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Eles estão juntos com esses rendimentos do capital.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Tivemos depois IPI vinculado à importação. Cofins e PIS/Pasep, com crescimento de 4,13%. Vimos lá que a venda de bens e serviços cresceu 7%. Nisso aqui, têm diferenças em função também de alguns setores que tiveram compensações de um ano. E nós temos, basicamente, que esses setores foram decorrentes de compensações de um ano em relação a outro maiores, no caso em 2011.

Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos do trabalho também em linha com o crescimento da massa salarial de quase 8%. O Imposto de Renda das Pessoas Físicas, aí incluído aquele item alienação de bens e direitos, com crescimento de 19%; o IOF com crescimento de 12%, basicamente em função da alteração da alíquota do IOF sobre crédito das pessoas físicas de 1,5% para 3%. Já falamos sobre isso. Só nesse item, a diferença foi quase que exatamente a que está aqui: mais de três bi.

O IPI, exceto o IPI vinculado, que tem muito a ver com o que ocorre com o setor industrial, com o crescimento de 8,7%, com uma participação de quase 2,3% em outro item, receita administrada por outros órgãos. Nesse item, tem 31.7 bi, onde cerca de 27 bi refere-se àquela receita a que nos referimos, ou seja, proveniente dos *royalties* do petróleo. Foi onde tivemos desse item um crescimento também importante: 31.7, considerando o conjunto das receitas administradas por outros órgãos, contra 29 do crescimento de quase 8.5%, com acréscimo de 2.5 bi. E aí compõem os 10.1 que tivemos no ano.



Pode passar.

Só para ter uma ideia do que significou graficamente a Lei nº 11.941 ao longo do ano. Que evento foi esse que tivemos em junho de 2011? Tivemos o que chamamos de consolidação do parcelamento. Nesse momento, as grandes empresas tiveram oportunidade, se quisessem, de quitar o parcelamento com os benefícios da lei. Até maio – vocês podem observar – tínhamos valores praticamente iguais. Por quê? Porque até essa data era permitido que as empresas pagassem o mínimo, a parcela mínima. A partir de junho de 2011, não mais a parcela mínima, porque aí tivemos o conhecimento real da dívida e pudemos consolidá-la e estabelecer uma parcela real.

E os contribuintes, alguns aproveitaram – e posso dizer aos senhores que alguns aproveitaram, isso foi bem concentrado, tivemos instituições financeiras com maiores pagamentos que aproveitaram para quitar essa dívida. Tivemos, em um mês, 6.7 bi contra uma arrecadação que vinha em torno de menos de 1 bi. Daí para frente, julho foi o mês em que as empresas menores puderam fazer a consolidação também. E aí estabelecemos parcelas dessas outras empresas.

Tivemos também antecipações e já tínhamos e temos essa previsão inserida que a nossa expectativa em termos de arrecadação, do que chamamos parcelamento da Lei nº 11.941, será em torno de 1.5 bi/mês. E é o que vem ocorrendo.

É claro que em determinado mês um determinado contribuinte pode antecipar 12 parcelas com os benefícios da lei, pode quitar o parcelamento com os benefícios da lei, redução de multa e de juros. Então essa é uma situação gráfica, mas há uma diferença em junho de 2011. De fato, a diferença é esta: foi o mês em que consolidamos as dívidas e estabelecemos a parcela real.

Pode passar.

E que setores mais contribuíram para o crescimento da arrecadação?

Temos aí dois quadros – é importante observarmos – que mostram a característica da nossa arrecadação. Grande parte da nossa arrecadação tem setores como intermediários. E o nosso maior intermediário é o setor financeiro, são entidades financeiras. Quando pegamos a arrecadação total menos a Previdência, temos entidades financeiras como aquele setor que mais contribuiu para o resultado da arrecadação.

Podemos ver no quadro seguinte que mostra só os tributos que são pagos pelo setor. Aí não aparece o setor financeiro. Estamos mostrando os setores que tiveram maiores diferenças. Não estamos mostrando, nessa tela, os que mais arrecadaram, nós estamos mostrando aqueles que mais contribuíram para o resultado, ou seja, os que tiveram maiores diferenças de um ano com relação ao outro. E, pelo fato que já comentamos, nós temos no Imposto de Importação, no IPI, no IRPJ, na Contribuição sobre o Lucro, na Cofins e no



Pis/Pasep, que são tributos efetivamente pagos por cada setor, e não tributos onde são intermediários, o setor de extração de minerais, com crescimento no ano de 143%. E foi o setor que mais contribuiu..

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Exatamente, o pagamento em julho por determinado contribuinte de uma dívida de períodos antigos, quase que correspondente aos sete bilhões de diferença que nós temos.

E esse setor contribuiu com quase 25% do resultado.

O outro foi comércio atacadista, em seguida, comércio varejista.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Esse pagamento de extração de minerais metálicos, que se fala...

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Pagou quase seis bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Falta pagar mais quatros

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Aí não sei.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Estado do Pará.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Foi, inclusive, comentado na época que, naquele mês, e para o resultado do mês foi bastante expressivo, tivemos a reversão toda. A tendência que vimos foi pagamento de um débito antigo, já vencido na última instância judiciária.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Deve entrar outro tanto.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Tomara.

E nós temos: comércio atacadista e comércio varejista, dois setores seguintes, que mais contribuíram. Fabricação de veículos também, com crescimento de 10%, contribuiu com quase 11%.

Enfim, relacionamos aí os dez maiores setores que contribuíram para o resultado da arrecadação. Esses dez setores contribuíram com 89%, quase 90%. Cresceu 18%, 18,6% nesse conjunto de tributos. É importante dizer que, nesse conjunto de tributos pagos por eles mesmos, se a gente olhar e verificar entre um quadro e outro, nós não veremos as entidades financeiras. Elas não estão entre os dez, porque justamente onde elas tiveram crescimento, tem que olhar o quadro anterior, foram naqueles tributos onde são intermediárias; intermediária no IOF, intermediária no importo retido na fonte sobre aplicações financeiras, encarregada de fazer a cobrança do contribuinte que aplica e repassar, no IOF sobre crédito, encarregada de fazer a cobrança e repassar.



Claro que todos os setores, como no caso da fonte, são intermediários, mas o setor que mais pesa sobre o intermediário é o setor financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – E o imposto de renda dele?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Isso está no outro, só que não aparece nos dez setores que tiveram diferenças maiores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas o setor financeiro não está, na questão do imposto de renda, entre os dez setores que mais pagam? Que mais cresceram?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Pode até, no imposto de renda sozinho, estar, mas aqui nós somamos, Senador, porque a nossa intenção era dar a ideia do conjunto, do conjunto da receita. Nós mostramos a receita total, da receita total, ele aparece. Mas aí, inclusive nos foi pedido: “é, mas aí é intermediário, nós queremos ver no conjunto dos tributos, somando os tributos, que os próprios setores pagam, como é que eles estão”. Ele até pode ser importante quando a gente vê isoladamente o imposto de renda e a contribuição sobre o lucro. Mas, somando IPI, Cofins, PIS, ele não está entre os dez que mais tiveram diferenças importantes. Esses aqui foram os dez maiores.

Pode passar.

E aí é uma tendência que vemos ao longo do tempo, trocando a arrecadação das receitas administradas e acumuladas em doze meses, ou seja, vou tirando um mês e acrescentando outro. E aí o que a gente pode ver...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é a diferença entre construção de edifícios e atividades imobiliárias?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Construção de edifícios. Nós temos muitos itens: fabricação de determinado produto e a comercialização daquele produto. Por exemplo: no setor automotivo, nós temos a fabricação dos veículos e a comercialização dos veículos. A construção de edifícios é basicamente isso, é a origem. É a construção de edifícios. Atividades imobiliárias: a venda, a movimentação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É só a comercialização do imóvel.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – A comercialização do imóvel, exatamente. Que é um setor que a gente pode ver aqui que tanto a comercialização quanto a construção figuram entre os dez maiores setores – figuraram em 2011. É essa, basicamente, a diferença.

E aí é só um quadro para mostrar qual é a tendência. E podemos verificar que a tendência da receita nos últimos anos, principalmente 2010 e 2011, é de crescimento, e é sempre de crescimento, com exceção de 2009. O que ocorreu em 2009? Foi o período da crise mundial, que afetou também a arrecadação. A gente pode ver que é o único período mais extenso, mais longo, onde nós temos certa tendência, começando do início do ano até o mês de



setembro, uma tendência decrescente, onde tivemos a reversão a partir do mês de outubro de 2009; reversão da crise e, conseqüentemente, reversão das receitas.

Pode passar.

Aí é um quadro somente informativo: nos últimos cinco anos, como as receitas aconteceram em cada mês, um histórico. Algo que foi – e a gente vai ver no quadro seguinte – publicado pela imprensa. Pela primeira vez na história, em janeiro de 2012, a receita ultrapassou os 100 bilhões no mês. Podem ver aqui que, nesses anos, não há nenhum mês com o valor de 100 bilhões. E nós verificamos que, considerando a receita total, em janeiro de 2012, foi de 102 bilhões.

Pode passar.

Agora, nós vamos ver, rapidamente, o resultado do mês de janeiro.

Só quis me deter a alguns eventos e chamar a atenção para eles, porque é importante, quando se verifica o resultado da arrecadação, às vezes não olhar só o percentual global e já inferir determinadas situações. É importante ter em mente o que ocorreu por dentro, o que ocorreu nesses eventos, quais as receitas extraordinárias, que chamamos a atenção. Elas ocorrem todo ano, mas podem ocorrer em magnitudes diferentes.

Nós temos, agora, o resultado de janeiro, como a gente já viu.

O ano de 2011, a gente pode até passar mais rapidamente – está mais fresquinho na cabeça o que ocorreu em janeiro do ano passado. Temos aí, no primeiro quadro, considerando as receitas totais e as receitas administradas: receitas totais, um crescimento de 6% – em relação ao ano passado, já começa diferente. Veja que estamos comparando aí o mês de janeiro de 2012 com o mês de janeiro de 2011, que teve um resultado excepcional, um crescimento de quase 17% em termos reais. E aí tivemos 6%, na receita total; e quase 5%, 4,77%, na receita administrada. E aí podemos ver, em termos de indicadores, porque o crescimento, o resultado da receita decorre de indicadores macroeconômicos, de outros fatores que refletem, que têm relação com períodos anteriores, de cobrança, de recuperação de débito, depósitos judiciais e uma série de outros fatores de alteração na legislação. Nós podemos ver, como indicadores macroeconômicos, janeiro contra janeiro do ano passado – na verdade, estamos colocando aí o reflexo da arrecadação, mas, em termos de indicadores, nós podemos defasar um mês: seria dezembro contra dezembro –, um decréscimo de 1,2%. Isso está impactando, esse indicador, o que ocorreu com a arrecadação do IPI, excetuando aí bebidas e veículos vinculados à importação, com IPI dos outros setores. O que se passa com o setor industrial, mais ou menos, transfere para alguns outros dados esporádicos que ocorrem com a arrecadação desse setor. Se a produção industrial tende a reduzir, a arrecadação também tende a reduzir nesse item específico. Vendas de bens e serviços, nós tivemos, mês contra mês, 4,3%. Isso vai impactar o crescimento da Cofins, do PIS – já falamos. Massa



salarial, mantendo a tendência que vinha de mais de 15%. Valor das importações, com quase 15%.

Pode passar.

Agora, mais uma vez, vamos destacar outros, mas eventos importantes que contribuíram para o resultado da arrecadação, o que até nos surpreendeu, porque já tivemos esse item em janeiro do ano passado, um resultado expressivo. Nós tivemos aí declaração de ajuste, IOF derivativo, que vamos falar o que é, bebidas, automóveis. Esses itens cresceram 40% e contribuíram com 36% dos 4,77% de crescimento que tivemos. Declaração de ajuste, ela sozinha contribuiu com quase 25%. Já podemos afirmar que o resultado de 2012, em termos de declaração de ajuste foi melhor do que 2011, que se referia a 2010? Não podemos. Por quê? Porque o que temos em janeiro – isso ocorre em anos seguidos, diferentes um do outro – é o que chamamos de antecipação do ajuste. Isso aí é o resultado das empresas que pagaram por estimativa em 2011, apuraram o balanço no final de 2011 e estão começando a pagar esse ajuste em 2012. E elas só terminam em março de 2012.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas esse é um comportamento habitual das empresas? Não é uma coisa (*fora do microfone*)?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Sim, para janeiro sempre tem. Nós temos janeiro e março. São os dois meses em que há maior pagamento de ajustes. Só que chamamos janeiro e fevereiro como antecipação. Por quê? Porque ainda não é obrigação legal fazer o pagamento. Por que as empresas fazem? Às vezes, por caixa, por não querer pagar o tributo com correção no mês seguinte, porque incide a correção da Selic. Então, havendo disponibilidade de caixa, há essa antecipação do ajuste. Então, dificilmente, nós temos como avaliar. Por exemplo, não esperávamos que este mês de janeiro tivesse um comportamento como tivemos em janeiro do ano passado nesse item, declaração de ajuste. Verificamos que, especificamente neste mês de janeiro de 2012, diferentemente do que ocorreu em janeiro do ano passado, os maiores pagamentos ocorreram nas entidades financeiras, nos bancos. Aí nós temos entidades financeiras e demais empresas, que antecipam. Neste mês de janeiro foi bem maior de entidades financeiras.

Tivemos outro item aí, IOF derivativo, que era uma receita que nem existia no ano passado. Ela decorreu daquela medida tomada em setembro de 2011 e que, por problemas de sistema, não cobramos no mês seguinte. Isso está acumulando quatro fatos geradores – setembro, outubro, novembro e dezembro –, e pagos em janeiro 280 milhões só referente ao IOF derivativo, decorrente dessa medida que foi tomada para taxar justamente esse item.

Aí temos outros itens: bebidas e automóveis. Como vamos apresentar sempre? São receitas e – vejam – tiveram um crescimento de 52%, no item IPI bebidas, e quase 9% no item IPI automóvel. Foram receitas de períodos



passados, não receitas decorrentes do próprio mês, foram de períodos anteriores, e que tiveram uma influência no resultado. E aí as demais com a participação dos 64%.

Eu só queria destacar para os senhores eventos que não são costumeiros e que influenciaram a arrecadação. São pontuais.

Pode passar.

Tivemos, mais uma vez, a receita previdenciária com um crescimento de 7%. No entanto, dada a importância dela na arrecadação, foi o item que mais contribuiu para o resultado de 4, 77 da receita administrada. Ela sozinha contribuiu com 36% do resultado. Ou seja, uma diferença de quase 1.6 bi entre janeiro de 2012 e janeiro de 2011. Mais uma vez aí o IRPJ e a contribuição sobre o lucro por conta também da declaração de ajuste, um crescimento de 5%. No entanto, dada a importância que esses dois tributos têm na arrecadação, contribuíram com 29%. Ou seja, temos aí dois itens que contribuíram com 65% do resultado da arrecadação.

Trabalho vinculado à importação, que tem reflexo com o que ocorre com os indicadores de importação: taxa de câmbio, Cofins e PIS, Cide-Combustível, como uma queda de 46%, porque é outro fator que vai impactar em 2012 mais significativamente; redução das alíquotas da Cide incidentes sobre a venda de gasolina e *diesel*. São os únicos tributados por essa contribuição.

Então, aí nós temos rendimentos do capital, também com uma queda. E essa queda incidiu basicamente sobre o item juros remuneratórios sobre capital próprio. Estes juros remuneratórios sobre capital próprio são apurados nos balanços de dezembro e pagos, quase todo ele, no mês de janeiro, e decorre do resultado do ano anterior. E esse item, pago no mês de janeiro de 2011, que decorreu do resultado de 2010, foi muito maior do que o que ocorreu agora em janeiro de 2012, resultado do apurado em 2011. Ou seja, o que contribuiu para o decréscimo da arrecadação de rendimentos do capital não foram exatamente as aplicações financeiras, elas até cresceram, foi o item referente a juros remuneratórios sobre o capital próprio, que teve uma queda significativa. Acho que até na nossa nota, naquele relatório que é divulgado, nós temos uma discriminação dele.

Pode passar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só um comentário. Por que o Cofins e o PIS estão tão baixo?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você falou que há compensações. Que setores estão compensando?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Que setores?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Empresa ...

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Nós temos alguns setores que vinham compensando no final de 2011 e continuaram no mês de



janeiro. Nós temos setores importantes que, para você ter uma ideia, tinham compensações aí na faixa R\$500 milhões de PIS e de Cofins. Começaram em agosto com trezentos e poucos, e até passou de R\$500 milhões. Por quê? Por créditos de períodos passados. Às vezes, o contribuinte, em determinado período... O que nós falamos compensação, o que é essa figura da compensação? O contribuinte, ao final do ano, apura que teve prejuízo no Imposto de Renda e na contribuição sobre o lucro. Aquela receita que ele foi pagando ao longo do ano, quando ele apura o balanço, ele apurou com prejuízo. Então, ele tem um crédito de Imposto de Renda e contribuição sobre o lucro que pode ser debitado à Cofins. Ou ele pode ter, no próprio tributo, o pagamento a maior – no caso, a Cofins.

Nós temos as Dcões – declarações apresentadas pelas empresas. Num determinado período há uma reformulação, uma retificação disso aí, onde se verifica que aquele tributo pago em 2008, 2009, 2010 e 2011 foi a mais. Exatamente. O que ocorre? Uma compensação. É feito o que chamamos de PerDecomp, um pedido de restituição em declaração; e isso é, automaticamente, depois de feitos os cruzamentos, restituído ao contribuinte. E foi isso.

Para se ter uma ideia, quando isolamos esse setores que foram bem concentrados e os demais setores, tivemos um crescimento da Cofins de 5,2%, porque fazemos toda essa análise.

Ora, se a venda de bens cresceu 4,3%, por que a Cofins de um modo geral, que está um pouco atrelada a isso, não cresceu nesse nível? O que se tem de fazer é olhar por dentro de setores. Aí, tivemos o resultado, que foi obtido exatamente isolando esses setores que tiveram queda da Cofins janeiro contra janeiro e que contribuíram para reduzir o resultado. Isolaram-se esses setores e os outros estavam em linha, até crescendo um pouco. Mas é essa a explicação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Continuum. São os maiores.

Aí, mais uma vez um quadro que também sempre colocamos: Quais foram os setores? Que tributos? E agora, que setores mais responderam pelo resultado da arrecadação? É bom comentar esse quadro, realmente.

Nós vimos que o IRPJ e a contribuição sobre o lucro – o Imposto de Renda das empresas e a contribuição sobre o lucro das empresas – tiveram um crescimento de 5,09%, que foi quase todo decorrente do que ocorreu com a declaração de ajuste. Com uma diferença entre um ano e outro no Imposto de Renda Total, de 1289, só a declaração de ajuste teve uma diferença de 1,1 bilhões. Então, o item “Declaração de Ajuste” foi o responsável pelo crescimento de 5% na receita do Imposto de Renda e da contribuição sobre o lucro. É o que



chamamos de antecipação do ajuste. Nós vamos ver se o ajuste foi maior do que no ano passado, quando olhávamos março.

Pode passar.

E olhando também esse quadro das entidades financeiras, quando fazemos o quadro das receitas totais figura como principal.

E vamos mostrar ainda outro quadro, que é somando II, IPI, IRPJ, contribuição sobre o lucro, Cofins, PIS, Pasep. Aí, Dr. Dornelles, entidades financeiras também – neste item – aparecem como os que mais contribuíram para o resultado do mês de janeiro; ou seja, esse setor, com a arrecadação desse tributo, contribui com um pouco mais da metade do resultado de 4,27% nesse conjunto de tributos.

Vimos que o resultado global da arrecadação foi 4,77%, em termos reais. E esse conjunto de tributos cresceu 4,27%. No entanto, esses dez setores, entidades financeiras, comércio varejista e atacadista, veículos automotores, fabricação de bebidas, atividades imobiliárias, basicamente aqueles que já tínhamos visto em 2011, cresceram 15%. Contribuíram com quase 140%. Por quê? Porque nós tivemos nos demais setores uma queda de 2,8%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Basicamente, é por aí.

Mais uma vez, só para efeito de atualização, nós incluímos. Em que ele está diferente do anterior? O mês de janeiro. Tivemos a reversão da tendência a partir de outubro de 2009 e fomos a junho, julho, quando tivemos uma inclinação diferente da curva, por causa daqueles fatores, depois, ela vem se mantendo crescente também. No mês de dezembro, caiu um pouco, por conta daquilo que já falamos. Em dezembro desse ano foi menor do que em dezembro do ano anterior. Em janeiro, há uma tendência ao crescimento.

No último quadro, para quem gosta de história, pode olhar aí que, pela primeira vez na história, tivemos as receitas totais ultrapassando a barreira dos 100 bilhões/mês. Isso foi comentado na divulgação.

É isso que queríamos apresentar. Estamos bem atualizados. O resultado de 2011, janeiro está junto; estamos apurando agora fevereiro, devemos divulgar, após o dia 20 de março, o resultado de fevereiro. Em janeiro, podemos considerar um resultado bom. Precisamos ter essa precaução de que grande parte do que chamamos aí é, para nós ainda, a antecipação do que chamamos ajuste. Se ele ocorrer bem em março, muito bom, e aí teremos o conjunto do ajuste maior do que no ano passado.

Coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos ouvir o Roberto.



O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Boa tarde a todos. Agradeço o convite, mais uma vez, do Senador Dornelles, para apresentar os números da balança comercial aqui nesta Casa.

Pretendo apresentar os resultados do primeiro bimestre de 2012, que divulgamos na quarta-feira passada, e dar uma ideia da perspectiva para o ano do comércio exterior, que, no momento, esperamos para o ano de 2012.

As exportações, no bimestre, registraram US\$34 bilhões, com aumento de 7% sobre o resultado de janeiro e fevereiro, de 2011. O resultado do bimestre é recorde para os meses de janeiro e fevereiro de exportação, crescendo 7%. A importação deu US\$33,7 bilhões, com aumento de 11% sobre igual período de 2011, que é também o resultado tanto da exportação quanto da importação, o resultado do bimestre, é recorde histórico para o período de janeiro e fevereiro.

Em relação ao saldo, temos uma redução em relação ao ano passado. Este ano fechamos o saldo com US\$423 milhões contra US\$1,6 bilhão do ano passado. Dá uma queda de 73%. Mas isso já é, no modo do Ministério, uma expectativa para este ano de se ter um resultado de exportação relativamente, uma taxa de crescimento menor do que observamos no passado, que foi de 28%, e este ano tivemos uma taxa menor. Mas, pelo menos, neste bimestre, a despeito do cenário internacional que todos conhecem do quadro de recessão da Europa e agora, possivelmente, a recuperação da economia americana, mais América Latina e China, que saiu o número indicador da expectativa da economia chinesa de apresentar um crescimento menor, que era de 8%, e foi revisto para 7,5%. Então, para nós, esse resultado do bimestre é considerado bastante positivo com essa taxa de crescimento de 7%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi quanto a diferença de 2011/2010, de janeiro?

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Em 2011, tivemos um crescimento de 28% na exportação. E a taxa da importação foi um pouquinho menor. A exportação cresceu 25.8% e a importação cresceu 24.5%.

Há um material aqui, não sei se vocês querem acompanhar...

No quadro seguinte, fazemos um acompanhamento pela média diária que dá exatamente o acompanhamento mensal das exportações.

Essa linha laranja à esquerda, que tem uma taxa de crescimento mais acentuado, quer dizer, de um crescimento médio diário de 730 milhões/dia, passamos para quase 950 milhões/dia em fevereiro. Ou seja, houve uma recuperação de janeiro para fevereiro. Só o mês de janeiro cresceu 13%, enquanto no mês de janeiro contra janeiro a taxa tinha sido de menos 2%. Quer dizer, houve uma recuperação, em janeiro, das exportações, que culminou com esse resultado no bimestre de 7%.

No quadro seguinte, temos esse mesmo comparativo por média diária mensal e vemos que a importação apresenta mais ou menos uma linha, um



comportamento equânime em relação ao comparado com os mesmos meses do ano passado, que deu quase uma linha paralela, o que mostra que há certo equilíbrio em termos de importação.

Isso, para nós, tem a ver com o crescimento da economia que demanda por bens importados, o que dá mais ou menos certo equilíbrio da taxa de importação nesse bimestre.

No quadro seguinte, fizemos um histórico anual de 2003 a 2011, onde vemos que mais do que triplicou no período, ou seja, passou de mais de US\$73 bilhões para US\$256 bilhões. E esse dado do bimestre mostra, com esse número, que, apesar da situação internacional, mantivemos uma taxa positiva de crescimento das exportações.

Do lado das importações, esse outro gráfico mostra uma evolução ascendente das importações. Passa de US\$48 bilhões para US\$226 bilhões. Também um crescimento na mesma magnitude das exportações e das importações do bimestre, o que mostra essa taxa de crescimento, como falei anteriormente, com resultado recorde para o bimestre.

No saldo comercial, vemos que em 2005 e 2007 houve aquele salto de 40 bi/mês. Mas em 2011 tivemos um salto bastante positivo de cerca de US\$30 bilhões e uma redução agora, considerando o bimestre 2011/2012, uma redução do saldo comercial.

Só considerando janeiro, tínhamos um déficit de quase US\$1,3 bilhão. No mês de fevereiro, passamos para US\$1,7 bilhão. Por isso que deu essa recuperação e temos hoje um saldo positivo de US\$423 milhões.

Aqui é a corrente de comércio, mostrando também que a soma das exportações mais importações, você tendo também esse resultado anual ascendente e o resultado do bimestre mostrando a taxa de crescimento do comércio exterior brasileiro, que, este ano, esperamos que se aproxime dos US\$500 milhões.

No quadro seguinte, temos aqui desagregado, a exportação por fator agregado, e é importante destacar que este ano temos a taxa de crescimento das exportações sendo custeada pelo desempenho dos produtos manufaturados e semimanufaturados. Os produtos manufaturados cresceram 8.6% no bimestre; e os semimanufaturados 13%. Já os básicos mantém uma taxa, nesse período, de 2%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você tem esse número de 2011 e 2010?

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – 2011 e 2010? Tenho. Que é o inverso.

Você tem: os básicos cresceram 36%, e o grupo dos industrializados cresceu 19%. Quer dizer, hoje você tem o comportamento inverso do que aconteceu no ano passado. Você teve tanto a questão de preços dos produtos básicos, que cresceram bem, o volume também que ajudou, mas uma está



relativamente bem, quase o dobro do que aconteceu com os produtos industrializados.

Então, nesse período aqui, no bimestre, temos esse comportamento de produtos industrializados cresceram acima da taxa dos produtos básicos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas é por que os manufaturados aumentaram ou por que os básicos...?

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Não, os produtos manufaturados estão crescendo em termos de quanto, eles estão apresentando um crescimento, e os produtos básicos, você tem o efeito, você está vendo aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é China, será?

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Não, a China, por exemplo, especificamente o minério de ferro, você teve uma queda de volume de 11% e uma queda de preço de 14%. Então, isso impacta o principal produto de exportação da pauta, então você tem o efeito de minério de ferro no comportamento dos produtos básicos. Já no petróleo, você continua a ter o aumento de preço, a situação internacional em relação a alguns fornecedores, você está puxando o preço do petróleo para cima, então, você está tendo um comportamento positivo do preço do petróleo na pauta.

Mas já o minério de ferro, a questão China, União Europeia, a situação da demanda internacional gera essa situação de uma inflexão, uma depressão dos preços do minério de ferro, por enquanto. Vai depender do que vai acontecer com a situação da Europa.

Então, nesse quadro aqui, o seguinte, aqui você tem a participação dos manufaturados... E, com isso, os manufaturados ganharam uma participação relativa na pauta de exportação. Estavam, por exemplo, em janeiro e fevereiro do ano passado, com uma captação menor do que janeiro e fevereiro de 2012.

Os industrializados, como um todo, eram de 53,8 e passou para 55,2%, os industrializados na pauta. Já os manufaturados caíram quase dois pontos percentuais, na mesma proporção, de 44 para 42,2%.

Nesse quadro seguinte você vê aqui os principais setores exportadores. Então, você vê, tem petróleo e combustível, que aumentaram 20%. Já a questão dos minérios, que 95% são de minério de ferro, você tem uma queda de receita de quase 22% na pauta de exportação.

O material transporte crescendo 26%; produtos metalúrgicos também tendo um crescimento de 2,5; químicos; carnes; complexo soja – esse número está certo mesmo –: 91,9% de aumento. O que está acontecendo? Desde novembro você vê uma maior demanda da China por soja principalmente. Quer dizer, eles estão provavelmente antecipando compras por conta de uma expectativa. Como vai haver uma menor safra americana, então, eles já estão comprando, dando preferência à soja brasileira e, por isso, já está tendo um movimento de crescimento de exportações. Aí, sim, seria atípico, você tinha mais



ou menos 500 mil toneladas/mês, você está tendo, de soja, mais de um milhão de toneladas/mês. Então, por isso que está tendo esse aumento aqui em termos relativos, de quase o dobro do que aconteceu em janeiro/fevereiro de 2011.

Outro item que também você pode ver: máquinas e equipamentos, e outros itens aí cresceram também.

Por mercados, aí nós podemos ver aqui também o comportamento das regiões. Ásia, que era a que tinha a maior taxa de crescimento ano passado, você está vendo, está tendo um crescimento de 5,6%; Mercosul também, puxado pela Argentina, você está vendo um crescimento de 3,4. Quer dizer todos os crescimentos abaixo do total da exportação. Tendo referência 7%, você vê aqui que essas regiões, Ásia e Mercosul, basicamente Argentina, tendo um crescimento abaixo de 7%. A União Europeia, como é natural, cresceu apenas 1,3% no bimestre. O positivo aqui são os Estados Unidos, que cresceram 38% de janeiro a fevereiro, e com uma série... – você tanto tem petróleo, vários equipamentos, autopeças. Estamos atribuindo esse crescimento dos Estados Unidos como a sinalização de recuperação da economia americana. A África crescendo 15,6%, uma taxa razoável, e já Oriente Médio e Europa Oriental, Oriente Médio puxado à questão de queda de exportação para Irã e Síria basicamente, e Europa Oriental, o resultado da Rússia, por conta de queda de exportação de carnes e açúcar. Isso aqui é pontualmente. Esse resultado Europa Oriental atribuímos particularmente à Rússia. Em termos de participação das regiões, nós vemos aqui que a Ásia continua como principal mercado comprador, com $\frac{1}{4}$ das nossas exportações, América Latina e Caribe vêm com 23%, União Europeia com 20%, e os Estados Unidos, 13,6% de participação; os demais, com uma participação um pouco menor.

Pode ir passando.

Vocês já viram os números. Vou passar aqui para esse quadro...

Pode ir passando.

Próximo.

Como vemos aí, Ásia, a despeito do crescimento menor para a China, ela continua como o principal comprador de produtos brasileiros, respondendo por 25%; América Latina e Caribe, 23%, União Europeia, 20%, e Estados Unidos, 13,6%.

Próximo.

Aí, vocês podem ver o que está acontecendo. Você vê que os Estados Unidos, como eu falei, cresceram 38%; a China praticamente parou nesse bimestre e aumentou só 0,3%; a Argentina também, com crescimento pequeno, de 4%; Países Baixos é a questão da Europa, que, como diz, pode ser Europa ou Europa do leste, crescendo bastante, com 33%. Agora, você vê ali a Alemanha, caindo 19,5%; ali, a Índia teve um aumento, quase dobrou – tem produtos; você tem minério de ferro, petróleo, basicamente *commodities* crescendo ali. Japão caindo também, onde a questão minério de ferro está



pesando também. Queda nas exportações para o Japão, e você vê algumas regiões...Você vê que Bélgica cresceu 31%, Venezuela crescendo 38%, Itália também em crise, caindo 4%; Reino Unido, mais abaixo, caindo quase 30%; Chile também tem uma queda significativa, Coreia e Espanha caindo também.

Então, você vê que tem Estados Unidos, Índia puxando Estados Unidos: Estados Unidos, Índia, Bélgica, Venezuela, com algum crescimento também em termos de alimentos, puxando, mas outros países... Europa, você vê os principais mercados europeus com queda de exportação do Brasil.

Próximo.

Aqui, saiu até o número hoje, e já atualizei para mostrar que a participação das exportações no PIB do Brasil aumentou em relação a 2010. Hoje, a exportação representa 10,34% do PIB/2011, ou seja, houve uma recuperação em relação a 2009 e 2010.

Próximo.

Aqui, em termos de corrente de comércio também, tanto em relação à exportação como à importação, que vem a seguir, a corrente de comércio aumentando a participação em relação à economia.

Esses números...volta o da exportação, por favor.

Esses números: 10 é o crescimento, mas há economias e economias emergentes também, em que essa participação é de mais de 20%. Quer dizer, para mostrar como a representatividade da exportação na economia brasileira ainda é muito baixa; tem um potencial muito maior de crescimento para atingir tanto os países desenvolvidos como economias em desenvolvimento do porte do Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 10% do PIB.

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – 10%
do PIB. Isso.

Próximo.

E aqui temos a exportação brasileira em relação à exportação mundial. Temos dados de 2010 e não temos 2011 ainda, mas acreditamos que a participação deverá passar para 1,4% mais ou menos, em função do crescimento bem expressivo das exportações em 2011.

Próximo.

Aqui estou dando uma análise da importação. Nós temos que no total a exportação cresceu 11% no bimestre. Temos o destaque, aqui: bens/capital crescendo também na mesma magnitude da importação total, mostrando em termos de investimentos em capital. Quer dizer, a economia demandando máquinas e equipamentos do exterior.

A questão de bens de consumo também crescendo. Tanto bens duráveis como bens não duráveis. E em petróleo e combustíveis se tem algum efeito preço também, por isso está dando esse crescimento de 25%. E bens intermediários na faixa de 6% de crescimento.



Próximo.

Aí se vê, juntando bens de capital e bens intermediários, que representam quase 77% ou 78% da nossa pauta. Bens de consumo, apesar do crescimento, representam menos de 20% das nossas exportações. E petróleo e combustíveis, porque ainda precisamos importar petróleo fino para misturar com o nosso petróleo, além de outros combustíveis, como gás, nafta, carvão, porque o Brasil não tem produção suficiente desses segmentos e produtos. Então, nós importamos aqui 15% da nossa pauta, no bimestre.

Próximo.

Aqui em termos de setores importadores. Nós temos aqui combustíveis e lubrificantes, que é o principal e representa 16% da pauta. Equipamentos está próximo de combustíveis em 16%. E há outros itens, como eletroeletrônicos, automóveis e partes.

Vejam aqui que, este ano, automóveis e partes, que antes tinham um crescimento mais relevante, esse bimestre tiveram um crescimento de apenas 7%.

E outros itens: químicos crescendo 4%; ferro e aço, 15%. Quer dizer, não tem um setor crescendo a uma taxa relativamente alta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Farmacêuticos não?

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Farmacêuticos? Não está aqui na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É 15,9%. Está aqui.

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Ah, está aqui! É 15,9%. Está dentro, mas na faixa de uns 15%, aqui em relação a combustíveis e eletroeletrônicos, que estão com essa faixa de crescimento.

Próximo.

Aí, por mercados nós vemos, em termos de taxas de crescimento, a Ásia, que é o principal fornecedor do Brasil e cresceu 14%. A União Européia também está crescendo bem: 20%. A América Latina é o nosso terceiro fornecedor e os Estados Unidos são o nosso quarto, com uma taxa menor.

Ali embaixo, temos Europa Oriental e Oriente Médio negativos. Dessa região se tem petróleo, que reduziu. E adubos e fertilizantes também contribuíram para essa queda das importações da Europa Oriental.

Próximo.

Em destacado se vê que a Ásia representa um terço das nossas compras no exterior; a União Européia são 22% e a América Latina são 17%. Esses são os três grandes mercados. E os Estados Unidos representam 15%, apesar de ter sido maior. Um quarto da nossa pauta nós adquiríamos dos Estados Unidos e agora estamos na faixa de 15%, nesse período de janeiro e fevereiro.

Próximo.



E vemos a China. Em termos de países, a China tem um crescimento de 18% de importação. Nos Estados Unidos há uma taxa menor de 6%. E na Argentina, no bimestre, ouve uma taxa negativa. Caíram em 6% as nossas importações de lá.

Alemanha vinha crescendo 12% e Coréia – aí você vê – tem menos 1,5. Aí é uma questão de automóveis, que tem um peso grande. Você teve um arrefecimento de compras de veículos da Coreia do Sul, que é o principal produto de importação e de venda da Coreia para o Brasil, representando essa queda de 1,5%.

Próximo.

Aí, a mesma coisa que fizemos na exportação, a participação do PIB na importação em relação ao PIB, que está na faixa de 9%. Do mesmo modo, excetuando a análise setorial – alguns setores, realmente, estão sofrendo, vamos dizer; está tendo um impacto grande em termos de importado –, no geral, essa taxa está abaixo da taxa de países desenvolvidos e de alguns países emergentes também, que dá a taxa de menos de 10% na participação das importações no PIB do País.

Próximo.

Aqui também, mostrando as importações do Brasil, nós não temos o dado de 2011, que vai sair na OMC – acredito – no mês de abril, nós teremos essa informação do comércio mundial de 2011... Em 2010, a importação representou 1,5% das importações do País, que deverá também ter um aumento na participação das importações mundiais.

Próximo.

Isso aí, só para terminar, foi divulgado, na quarta-feira, que a nossa meta de exportação, no momento, é atingir 264 bilhões neste ano de 2012. Seria 3,1% em relação a 2011. Nós não fazemos previsão, meta de saldo comercial, mas acreditamos que, com essa taxa de crescimento e também o crescimento moderado das importações, nós devemos continuar tendo um saldo comercial neste ano, mas num valor menor do que tivemos em 2011, mas, de qualquer forma, será um saldo comercial expressivo.

Seriam esses números que estaria apresentando.

Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por determinação do Senador Aloysio, quero agradecer ao Eloi e a você as perguntas, e vamos passar aos técnicos para que eles possam fazer algumas perguntas. José Roberto, quer fazer algum questionamento?

Mas eu queria perguntar o seguinte. Queria te pedir, Eloi... Eu não compreendo, muitas vezes, o que é. Existe essa redundância da Receita em aumentar, em (*ininteligível*) que o maior número de empresas possam pagar pelo lucro presumido. Só que eu queria te pedir se era possível o seguinte: pegar os cinco maiores contribuintes do imposto de renda pelo lucro real e verificar qual é o



percentual do imposto em relação à receita bruta, para verificar se esse percentual é maior ou menor do que aquele percentual aplicado ao lucro presumido.

O Senador Cyro Miranda, inclusive, teve um projeto aprovado, recentemente, elevando o percentual, o teto da receita do lucro presumido. Eu achava extremamente importante para que a gente pudesse ter uma ideia.

Depois, eu queria pedir a você também, se pudesse mandar, quais são os maiores pagadores de juro de capital próprio, quais são as empresas que pagam mais, quais são os trinta maiores setores pagadores de juros de capital próprio.

Eu queria perguntar ao Eloi só o seguinte: nós tivemos no ano passado um saldo comercial de praticamente 30 bilhões...

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Roberto. Trinta bilhões, e um déficit em conta corrente de 52 bilhões. O Governo está prevendo para este ano um déficit de conta corrente de 65 bilhões e um saldo comercial menor. Esse buraco vai ser tampado com o quê? Com conta financeira? Como vocês estão vendo essa situação?

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Eu sei que... não te falei que, se o Banco Central estivesse aqui, responderia? Mas a questão é que há a expectativa de investimento externo direto, forte e de outras contas financeiras, que poderiam cobrir essa diferença.

É claro que a balança comercial, neste ano, não trará a contribuição que trouxe em 2011, ou seja, prevê-se um resultado menor. Mas acredito que o IED, como está sendo informado aí – há a previsão –, entre eles, entre outras contas, acho que deverá cobrir essa...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Nós estamos na seguinte situação: o saldo comercial vai ser menor; o déficit em conta corrente, maior; quanto à taxa de juros, o Governo está anunciando queda, para impedir a entrada desse capital financeiro em curto prazo.

Eu acho, às vezes tenho dúvida: não estou vendo como vai ser fechada essa conta externa, mas esse é um assunto que estou apenas colocando, porque, como você falou, o Banco Central talvez possa...

Agora, o saldo comercial não dá para prever?

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Não, a tendência nossa, a nossa expectativa é a de que realmente vai haver, lógico, saldo comercial, mas não na magnitude em que houve em 2011, que foi de 30 bilhões. Vai ser um pouco menor do que em 2011.

Mas o número a gente ainda não tem, só quem divulgou e, como meta, – a exportação, 264, 3,1 acima, que poderá ser revista ao longo do ano, a depender da situação internacional, câmbio, Grécia, Europa. Pela média positiva, a gente viu uma luzinha no final do túnel, que são os Estados Unidos, que



realmente mostraram que dão sinais de recuperação. Acredito que isso vá contribuir bastante para as nossas exportações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A gente tem a opção da revisão para baixo da questão da China? Qual é o impacto (*inaudível*) que isso vai trazer para o Brasil?

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Realmente, a questão da China, que foi nosso principal parceiro no ano passado... Hoje, os Estados Unidos, que, neste bimestre, passaram a China, como principal destino de nossas exportações.

Mas, realmente, não só a questão da China em si, mas do que os outros mercados podem gerar na China. E, é lógico, para nós, como fornecedores de *commodities*, principalmente em minério de ferro, em relação ao qual há toda essa cadeia de produtos industrializados, realmente pode haver um impacto; pode haver algum reflexo nas nossas exportações.

É o tal negócio, eu estava lendo hoje uma notícia: a China botou ali 7,5, mas aquilo para eles... de 7,5 para voltar a 8 é rapidinho. Então, a gente não sabe, realmente, o número. No ano passado, foi 9,2 – não é, Eloi? –, com a economia chinesa crescendo.

Mas, de qualquer forma, é uma coisa que tem de ser acompanhada, para se ver como isso vai impactar as nossas exportações.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – José Roberto.

O SR. JOSÉ ROBERTO – Um comentário sobre a exposição do Eloi: acho que foi importante ele mostrar prudência na apresentação dele. Os resultados estão sendo divulgados, a Receita Federal tem avisado isso. Acho que nem todos analistas têm atentado para isso.

Não sei, se tivesse possibilidade de comentar um pouco mais. O que me impressiona – eu estava conversando – é a dispersão de alguns resultados. Por exemplo, no Imposto de Renda, desempenho de janeiro, se se tirar só janeiro, você destacou bem: a Declaração de Ajuste teve um crescimento espantoso. Agora, no Boletim, o IRPJ, pela estimativa mensal, está caindo. Ele decresce.

Por que a Declaração de Ajuste cresce tanto, e a estimativa mensal cai? A estimativa mensal está refletindo os negócios hoje, e a Declaração de Ajuste, um pouco do passado. Isso também aparece naquele fato – se pudesse voltar de novo – de que, principalmente, quando se mostram os setores que mais crescem, eu diria que, no ano passado, o desempenho foi muito puxado por dez setores. Em janeiro, então, todo o crescimento foi em cima de dez setores. Quando olhamos os demais setores – deve ter uns 50 ou 60 –, dá decréscimo, não dá crescimento. É espantoso, é uma dispersão muito grande, ou seja, não há um crescimento generalizado, está concentrado em alguns setores. Não sei se você pode comentar um pouco. Lembra um pouco aquela discussão de Belíndia, tem um quadro crescendo em um padrão chinês e outro crescendo muito pouco.



E a outra coisa, se tiver oportunidade de comentar, na última audiência que fizemos da Subcomissão, você trouxe dados consolidados da declaração de Imposto de Renda da pessoa física, da pessoa jurídica. Não sei se tinha possibilidade de atualizar, em particular tinha a questão dos créditos tributados, saldos credores acumulados, especialmente dos exportadores e dos investidores. Você tinha apresentado o quadro com a posição do final do primeiro semestre. Como isso evoluiu, como está hoje? Aceleraram as compensações? A Receita estava criando uma sistemática nova. Não sei se há possibilidade de você comentar algo para nós.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu tenho algumas perguntas para o Roberto. Gostaria de saber o seguinte. Temos alguns critérios em vigência do nível de nacionalização, do nível de conteúdo nacional dos produtos, especialmente no que concerne à indústria automobilística. Eu queria saber como é feito o controle sobre a origem das peças que estão sendo utilizadas. O Ministério e especialmente vocês têm algum tipo de segmento desse desempenho? Outra pergunta: como está o processo de renegociação dos termos do acordo do (inaudível) do comércio? Por fim, e talvez mais importante, gostaria de saber como está a implementação das medidas de fortalecimento de defesa comercial, que foram anunciadas no ano passado. Um conjunto de medidas e, muitas delas, estavam diferidas no (inaudível). Como está essa implementação? São essas as minhas perguntas.

O SR. ROBERTO JORGE HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Não é minha área, não é minha especialização essa questão, mas nesses países que têm conteúdo mínimo de nacionalização, nesses países que têm acordo, existe um certificado de origem, fornecido por entidades dos países certificados, habilitados. Não sei, especificamente teria que ver de que forma é feito cada acordo. Para cada acordo, há um índice de nacionalização específico, definindo quais são as entidades habilitadas para dar esse certificado de origem. É um documento consular, que tem de ser timbrado, carimbado. Então, teria que ver cada caso, qual a característica de cada um.

Em relação à questão do México, tenho conhecimento de que as negociações estão em andamento. Eles vieram aqui, estão trocando documentos permanentemente. Não posso dizer hoje qual é o estágio, inclusive porque é uma questão entre os dois países. Sei que esses entendimentos estão ocorrendo, e está em procedimento para tentar chegar a um acordo para ambos os países.

Na questão da defesa comercial, lembro-me de que foram implementadas várias medidas. Na área de defesa comercial, já deu resultado... Não estou me recordando o nome da ação de se importar um bem que possa ser importado por outra região... É desvio de comércio! Então, há várias ações que estão sendo feitas, mas uma de que a gente precisa muito é o fortalecimento físico da equipe, porque a demanda que está ocorrendo em termos de exames de setores ligados à defesa da construção está muito grande. Neste ano, o que está



acontecendo? Há a revisão dessas medidas implementadas que estão culminando com o aumento das entradas com as petições nessas áreas. Então, está havendo um acúmulo muito grande. Assim, uma das medidas que nós estamos pedindo ao Congresso é o aumento do quadro de defesa comercial do Ministério, se não me engano, para 140 técnicos, porque realmente está muito grande a demanda.

Sei que há outra área que também está revisando um decreto de defesa comercial – isso está em andamento. Eu acredito que já esteja nos finalmentes, com entendimento com a Receita e com outras áreas também da defesa comercial – em termos de normas administrativas ou para se reduzir prazos, que é a questão desse decreto.

Então, há a questão jurídica disso, mas também há a questão física: a ampliação da equipe, da capacidade, porque, ao se chegar lá, cada livrinho que entra ali é uma maçaroca gigantesca de informação. E há as petições; o que é antigo está-se pedindo para ser renovado, e acumulou. Então, acho que nessa questão a coisa mais urgente seria reforçar o quadro da defesa comercial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se eu puder fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Deixe o Eloi responder .

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Respondendo à questão levantada pelo Roberto, parece que ele centrou no quadro de 2012, no quadro que foi mostrado que o IRPJ e a Contribuição crescendo entre os itens de maneira diferenciada. Ele levantou duas questões realmente importantes.

Se puder mostrar esse quadro. Pode passar. É esse.

Nós mostramos que o Imposto de Renda e a Contribuição sobre o Lucro, no mês de janeiro, cresceram 5% e contribuíram, sim, dada a magnitude dele, para o resultado global da arrecadação. Agora, se olharmos para o Imposto de Renda e a Contribuição sobre o Lucro para ver os itens que mais cresceram, vemos que o resultado realmente se concentrou na declaração de ajuste. O José Roberto chamou atenção para o porquê de ser a declaração de ajuste: teve o crescimento de 37% e a estimativa mensal foi negativa.

Vou aproveitar até para analisar o lucro presumido. No Imposto de Renda, claro, a base da sua apuração é o lucro. Nós temos o lucro presumido, o lucro real e a estimativa mensal, que é uma alternativa às empresas que estão no lucro real para pagar o imposto. O que é a base da estimativa mensal de janeiro? É o mês de dezembro, especificamente o mês de dezembro do ano anterior. Ou seja, foi o mês de dezembro de 2011. Portanto, estou comparando o fato gerador de dezembro de 2011 com o fato gerador de dezembro de 2010, oportunidade em estávamos em uma situação, em termos econômicos, melhor. Então, já era esperado um resultado, em termos de arrecadação, comparando-se com essa situação, um pouco pior.



Lucro presumido. O que é o lucro presumido? O último trimestre de 2011, outubro, novembro e dezembro. Aí, já é a apuração definitiva. Onde é gerada a declaração de ajuste é nesse item estimativa mensal. Por quê? Porque se dá uma opção às empresas que apuram pelo lucro real – que são as grandes empresas – a fazer um pagamento mensal como antecipação e como estimativa, daí o nome. Então, esse lucro presumido já é efetivo, já é a apuração definitiva do fato gerador entre outubro, novembro e dezembro de 2011, comparado com outubro, novembro e dezembro de 2010 – e houve crescimento de 10%.

A declaração de ajuste, José Roberto, não há nem como comparar com esses itens, porque ela – principalmente no mês de janeiro – não é fixa e pode variar em razão de outros fatores como, por exemplo, a ocorrência de melhoria no caixa e de como está a taxa Selic nos meses seguintes. Então, para nós, ela ainda configura uma antecipação. Então, ela não é o item que possa exatamente ser comparado com esses outros. E eu poderia acrescentar no item estimativa mensal, comparando janeiro deste ano com janeiro do ano passado, porque no ano passado nós observamos que, dentro da estimativa mensal, alguns contribuintes que deveriam, na verdade, recolher o imposto como declaração de ajuste, recolheram como estimativa mensal. Identificamos alguns nesse item e acho que até colocamos no relatório, o que dificulta um pouco a base de comparação. Mas, sim, a estimativa mensal, segundo nossa expectativa, já deveria mesmo ter um resultado inferior. Poderia ser esse decréscimo, mas ela – até em termos econômicos, comparando-se dezembro de 2011 com dezembro de 2010, que naquele trimestre foi um resultado muito bom –, como fato gerador já daria um resultado também diferente para a arrecadação. Não sei se essa queda, mas essa queda teve influência também de aumento na base por conta de alguns contribuintes que deveriam pagar, com o código de ajuste, a estimativa mensal, que a gente não pôde expurgar.

Outra questão que se levanta – e aí sim pode ser apresentada aqui e nós fizemos essa exposição à época: o que é o ponto principal aqui? Apresentar o resultado do ano. Mas o Senador Dornelles (a Comissão) sempre colocava algumas questões adicionais que, aproveitando essa apresentação, a Receita deveria também colocar. E nós trouxemos aqui, por uma solicitação naquele mês, desses adicionais, desses complementos, qual o volume de crédito existente naquela data e ainda a ser restituído. Nós trouxemos esse valor dizendo que em 2012 vai haver uma aceleração – e vai haver, sim – e isso já está embutido na programação orçamentária dessas restituições. Temos um programa específico e que vai começar... Ou seja, aquele crédito, que poderemos trazer na próxima apresentação, tende a ter uma diminuição ao longo do ano.

O outro foi um detalhamento da declaração da pessoa jurídica que também pode ser feito. Não a declaração atual, mas a última processada. Podemos ter, sim. Quantos contribuintes nós temos já processados, quantos contribuintes representam o simples; quantos têm no lucro real; quantos têm no



lucro presumido; qual a participação na receita bruta desses contribuintes. Nós temos como trazer. Já me comprometo, para a próxima reunião, se for de interesse da Comissão, incorporar esses dois itens no adicional principal, que é a apresentação do resultado. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – (Intervenção fora do microfone).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É para o Roberto e tem a ver com o que estávamos discutindo anteriormente. Eu queria saber se o MDIC tem algum estudo já pronto sobre o impacto da implementação das medidas de defesa comercial sobre as importações.

O SR. JOSÉ ROBERTO HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Já há medidas. Elas já foram implementadas. Eu me lembro de uns produtos que, por questão de origem... que foram tomadas, se não me engano, num ímã de ferrite. Havia cobertores do Uruguai. Já foram medidas, que já foram implementadas recentemente, de defesa comercial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Agora, o impacto disso não tem?

O SR. JOSÉ ROBERTO HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Impacto para aqueles setores que estão abrangidos nessas medidas; não em termos macro, porque a defesa comercial é muito pontual, não é um setor. Vamos dizer, o setor automobilístico. Não vai. Você tem de discutir um produto pontualmente, a situação, tem-se de ver a análise do balanço das empresas. É uma coisa bem pontual, não há uma magnitude, como às vezes a gente imagina, que vá reduzir um tipo de importação ou outro. Ela é uma coisa bem setorial, bem específica para o produto. Então, nesses itens aí, em que já houve... Eu me lembro de cobertor do Uruguai – houve uma instrução da Camex – e desse ímã de ferrite, de Taiwan. Discutia-se a origem do produto, e se verificou que Taiwan não produzia, que passava por lá...

Então, há essas medidas, essa coisa de triangulação, de falsa declaração de origem, que também estamos atacando. Mas isso é mais demorado um pouco, porque se tem de fazer todo um estudo em termos do produto, de onde vem, se o país produz, se não produz.

Por isso, reforço aqui a questão de reforço da equipe para analisar essa questão. Acho que é uma MP que está no Congresso, sobre a questão de se ampliar o quadro do MDIC de defesa comercial.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já foi aprovado.

O SR. JOSÉ ROBERTO HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Já foi aprovado, não é?

Ah, a questão do Congresso, que é aquela questão do...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Das regras de origem.

O SR. JOSÉ ROBERTO HENRIQUE DE SOUZA DANTAS – Sim, das regras de origem, aquela questão toda.



O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) –
Misturada com monte de coisas, mas foi...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Quero agradecer, mais uma vez, ao Raimundo e ao Roberto a exposição que aqui fizeram e ao Senador Aloysio Nunes ter colocado à disposição da Subcomissão este palácio no 9º andar.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Da próxima vez, vamos aperfeiçoar o negócio do *PowerPoint*.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 06 minutos.)